

O pacto da branquitude*

de Cida Bento

Diversidade na Superfície

Diversity on the Surface

por Aline Cristina Pelozo Rabaglio**

O pacto da branquitude é daqueles livros que marcam. Meu primeiro contato com esta obra ocorreu durante a elaboração do meu Projeto de Pesquisa, como exigência parcial para o ingresso no Mestrado Acadêmico no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, quando a utilizei como referência teórica no projeto originalmente intitulado *A participação de mulheres nos cargos de chefia no judiciário paulista: uma reflexão a partir da divisão étnico-racial e sexual do trabalho*.

No início de 2024, já como Mestranda, a relação com o livro aumentou substancialmente por meio do *Grupo de Estudos e Pesquisas Mundo do Trabalho, Serviço Social e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (GEMTSSS)*, sob a coordenação da Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza, minha orientadora. O Grupo de Estudos passou a realizar a leitura integral da Tese de Doutorado de Cida Bento, intitulada *Pactos narcísicos do racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*, defendida em 2002¹, e a promover inúmeras discussões suscitadas pelos estudos, em especial o conceito de branquitude e seus impactos sobre as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, além do sofrimento mental, sobretudo no ambiente de trabalho.

Um das questões centrais do livro é o conceito de *branqueamento*, que tem uma relação direta com o projeto de nação que se construiu no Brasil do final do século XIX. Recuperando alguns apontamentos de Célia Azevedo (1987), em *Onda negra, medo branco*, Cida Bento chama atenção para o quanto o ideal de branqueamento foi resultado de um medo. Foi a forma que a elite branca brasileira encontrou no final

* São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

** Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, Santos-SP, Brasil. End. eletrônico: aline.rabaglio@unifesp.br
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0871-8796>

¹ A tese já trazia de forma até mais robusta os elementos centrais que agora encontramos no livro. Ver Bento (2002).

do século XIX para resolver o problema de um país que ela considerava ‘ameaçador’, porque majoritariamente não-branco (Bento, 2022). O pavor que a classe dominante tinha do povo negro que, é preciso insistir, compunha o contingente populacional majoritário no país, impulsionou uma série de políticas de imigração que visou buscar na Europa o grupo populacional que, segundo seus anseios, transformaria o país em um espelho do europeu: uma nação branca.

O *pacto da branquitude* é um esforço de sistematização da autora em encarar ou, melhor, em apresentar ao grande público a ideia do racismo ou da *branquitude*, como representativa daquilo que é considerado “normal” ou “universal”, quando o assunto é a seleta camada branca ou, como Conceição Evaristo (2017), em seu poema *Vozes-mulheres*, chamou de “os brancos-donos de tudo”.

Na introdução, a autora conta a história do seu filho Daniel Teixeira que, aos 10 anos, não queria voltar à escola para não ter de participar das aulas sobre escravidão. Ainda na introdução, a autora relata sua história como recrutadora de pessoal. Apresenta várias situações de recrutamento em que “o perfil de candidatos considerados adequados para as posições mais elevadas na hierarquia das instituições ou cuja imagem representava a organização era sempre de pessoas brancas” (Bento, 2022, p. 9).

Para a autora, o grande problema consiste no fato das instituições não reconhecerem a herança do escravismo na dinâmica organizacional. Ora, segundo a pesquisadora, não “temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, como tantas que observamos cotidianamente ao nosso redor na política, na cultura, na economia e que assegura privilégios para um dos grupos e relega péssimas condições de trabalho, de vida, ou até a morte, para o outro” (Bento, 2022, p. 14-15). Essas relações de dominação precisam ser encaradas de frente nas pesquisas e nas demais áreas, com vistas a “criar condições de avanço para outro tipo de sociedade e outros pactos civilizatórios” (Bento, 2022, p. 15).

Além da introdução, o livro se subdivide em 10 capítulos. No Capítulo 1, a autora explora o que ela denominou como *pacto narcísico* e o que este significa nas relações de poder racial. No capítulo 2, analisa a branquitude e colonização europeia, enquanto no Capítulo 3 discute o capitalismo racial. No Capítulo 4, aborda a personalidade autoritária, a masculinidade branca e o nacionalismo. No Capítulo 5 revisita o campo de estudos sobre branquitude; e no Capítulo 6 introduz o conceito de racismo institucional. Destacando a intersecção entre racismo e sexismo, no capítulo 7 a autora aborda as mulheres negras. Na sequência, no capítulo 8, apresenta o CEERT, focado na promoção da igualdade racial e de gênero. O capítulo 9 é dedicado aos projetos de transformação. Por fim, no Capítulo 10, Bento reflete sobre o momento presente. O livro conta ainda com um epílogo, onde a autora recupera o debate provocado pelo movimento *Vidas Negras Importam*.

Em *O pacto da branquitude*, Cida Bento apresenta temas essenciais para a compreensão do racismo estrutural no Brasil, especialmente ao analisar a branquitude como um espaço de privilégios que sustenta as hierarquias sociais. Partindo de sua pesquisa de doutorado, a autora desnuda os pactos narcísicos que perpetuam as desigualdades raciais, com um foco particular no mercado de trabalho. A autora observa como os gestores de recursos humanos e lideranças organizacionais, em sua maioria brancos, mantêm discriminações raciais ao, sistematicamente, excluir indivíduos negros de cargos de poder e prestígio. E demonstra como a racialidade branca funciona de maneira velada, reforçando privilégios e justificando a exclusão de pessoas negras dos espaços decisórios por meio de narrativas preconceituosas e estigmatizantes.

A crítica central do livro reside, portanto, na maneira como a autora expõe a ambiguidade das práticas institucionais que promovem a diversidade, mas raramente questionam as estruturas de poder racial. Embora muitas organizações adotem políticas de inclusão, estas costumam ser “superficiais”, contribuindo para a perpetuação das desigualdades em vez de combatê-las. O que se observa é a manutenção de uma ambiguidade das práticas institucionais voltadas para a diversidade, isto é, embora existam, raramente desafiam as estruturas de poder racial. Trata-se de iniciativas que permanecem superficiais, perpetuando as desigualdades raciais em vez de confrontá-las de forma efetiva. Porém, a autora não sinaliza o que seria nem como alcançar esta efetividade.

O livro, ao adotar as teorias decoloniais, poderia ter ampliado sua análise dialogando mais com autores/as como Aníbal Quijano (2005), visando situar a branquitude brasileira dentro de um contexto histórico e geopolítico mais vasto. Essa abordagem fortaleceria a obra ao conectar o pacto da branquitude com as dinâmicas de colonialidade que estruturam o mundo moderno, como apresentou o autor peruano. Nos capítulos do livro em que Cida Bento explora a intersecção entre raça, gênero e cultura no Brasil, seria possível também estabelecer um diálogo com Lélia Gonzalez (1984), em especial com a discussão que a autora provoca no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”.

Embora a área de concentração de Cida Bento seja em Psicologia, com dedicação à área de Recursos Humanos, a autora oferece uma visão crítica mais ampla e capaz de dialogar com várias outras áreas do conhecimento, sobretudo com o objetivo de construir práticas antirracistas atreladas às lutas anticapitalistas.

Referências

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php> Acesso em: 2 jan. 2024.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malé, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, ANPOCS, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf Acesso em: 3 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 4 jan. 2024.